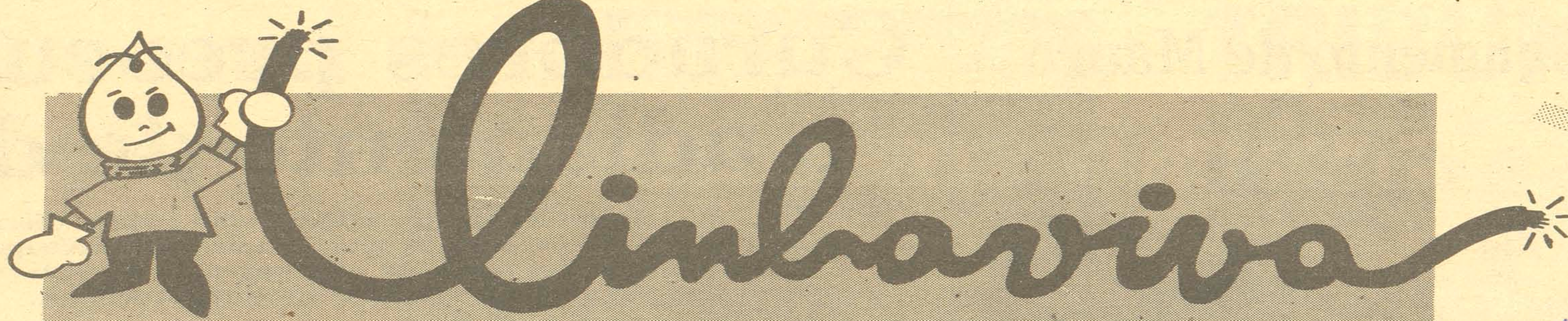




Intersindical dos Eletricitários SC

24/01/91 - Nº 24

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Collor já tem um bode expiatório

José Álvaro Cardoso
Dieese subseção dos bancários de Fpolis

Embora significando tragédia para todos nós, não deixou de ser cômico o quadro patrocinado pelo governo durante a semana passada. Quando este se preparava para descarregar toda a culpa da crise inflacionária sobre as costas do aumento do preço do petróleo, decorrente da guerra do Golfo, o inesperado aconteceu. Em função de uma suposta incapacidade do Iraque reagir aos bombardeios aéreos do inimigo, e portanto ante a possibilidade de uma guerra rápida e fulminante, o preço do petróleo despencou no mercado internacional.

Mesmo que esta queda não seja dura-doura — e esta é uma incógnita que irá depender da dinâmica da guerra, sua duração, etc — ela já serviu para demonstrar definitivamente que o princípio recessivo encerrado no Plano Collor é um grande equívoco para aquilo a que se propõe, ou seja, a derrota da inflação. A recessão, como arma de política econômica, coloca a economia numa situação limite, fragilizando-a e tornando-a mais sujeita a oscilações internacionais. Ao tentar utilizar os reflexos da guerra como alibi para a atual aceleração inflacionária, é a própria equipe econômica quem reconhece a ineficácia do plano para derrubá-la. Vejam que diante da constatação da queda das cotações do petróleo a ministra Zélia não se deu por vencida: a guerra teria mexido com as "expectativas dos agentes econômicos", o que necessariamente já haveria comprometido a inflação de fevereiro.

Não se está aqui afirmando que a guerra não terá importante influência sobre a economia brasileira. O aumento dos gastos com o petróleo, se vier, elevará os preços de parcela significativa das mercadorias, já que ele compõe o custo de produção da maioria delas. Segundo cálculos já elaborados, uma elevação de 100% do petróleo significaria 2,54% a mais no índice mensal da inflação. Não é um número nada desprezível se pensarmos que decorre da elevação do preço da fração importada de apenas um produto. Isto somado à elevação do arrocho salarial e do desemprego decorrentes do agravamento da recessão, aprofundará ainda mais a estagflação que ora enfrentamos.

O reflexo recessivo ainda se amplia devido ao racionamento de combustíveis, pois leva a uma desaceleração da produção industrial, especialmente naqueles setores com maior dependência dos derivados do petróleo. O resultado é o aumento do já elevado nível de desemprego.

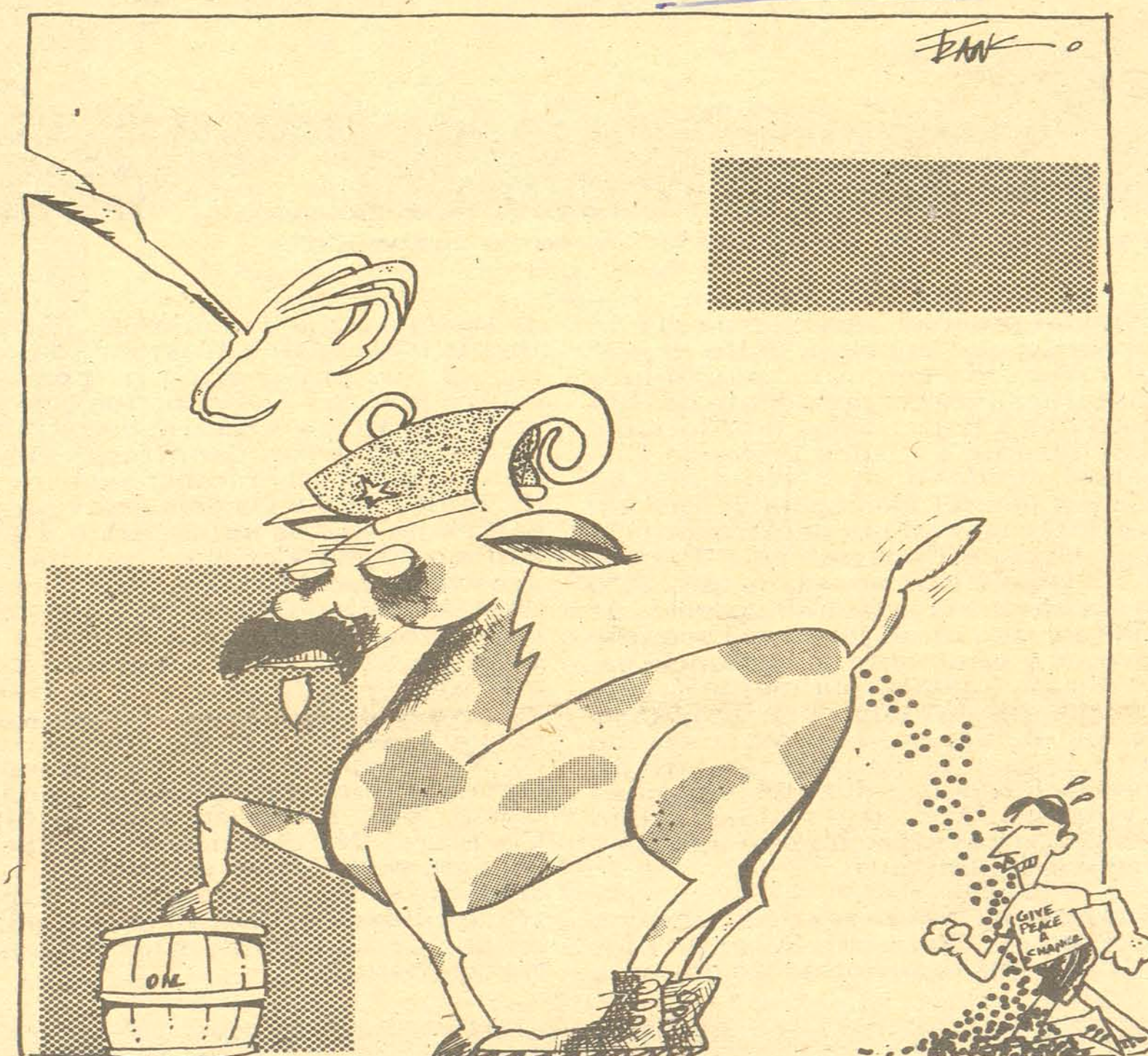
No que se refere à negociação da dívida externa, as mudanças de rumo advindas da crise do Golfo são igualmente evidentes. O mais provável é que o Brasil continue em situação de moratória técnica, ou seja, sem pagar os juros da dívida, não porque politicamente assim o decidisse, mas por absoluta falta de divisas para fazê-lo.

No entanto, não podemos esquecer que: 1) a situação de estagnação econômica combinada com inflação (estagflação) já

estamos vivendo há vários meses; 2) esta é uma situação provocada basicamente pela política econômica do governo que acredita que inflação só baixa com pobreza e recessão; 3) portanto, a guerra piorará a situação atual mas absolutamente não a provocou.

A verdade é que mesmo que a guerra não tenha provocado nenhum dos grandes problemas econômicos que enfrentamos,

mas apenas tenha-os colocado num patamar superior, o governo irá usar e abusar dela para tentar facilitar a implementação de sua política. Não por acaso insiste numa unidade da sociedade em torno de uma "economia de guerra", ao mesmo tempo em que retorna com a proposta de "entendimento nacional", que ele mesmo inviabilizou ao não aceitar nenhuma das propostas feitas por patrões e pelo movimento sindical.



Comitê organizou manifestação pela paz



Quem passa conhece uma versão diferente da guerra.

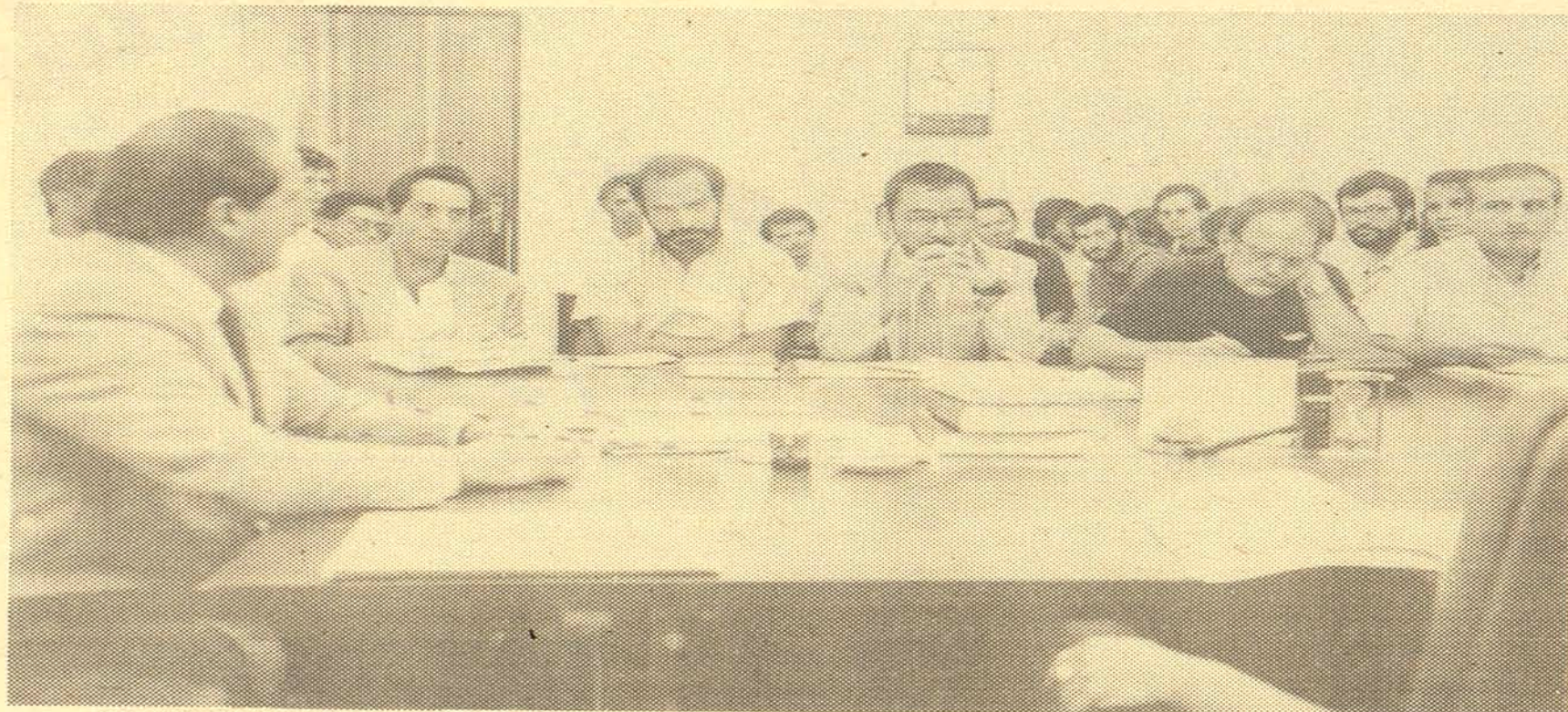
O Comitê Contra a Guerra no Golfo Pérsico permaneceu até o dia 22 no calçadão da Felipe Schmidt com seus murais, vídeos, debates e manifestações artísticas. No dia 23, a partir das 17 horas, todo esse material sobre o conflito foi transferido para a frente da catedral metropolitana, onde realizou-se uma "manifestação pela paz e contra a Guerra". Estavam convidados todos os partidos políticos, Alcêu Colares, governador eleito do Rio Grande do Sul, Casildo Maldaner, Bulcão Vianna, Eduardo Suplicy, senador eleito de São Paulo, membros da OLP e da Frente Farabundo Martin de Libertação Nacional de El Salvador.

Com o início do conflito no Golfo, o Comitê teve

que rever suas bandeiras. Os eixos do movimento foram ampliados para: retirada das tropas agressoras comandadas pelos Estados Unidos, pelo fim da guerra no Golfo, repúdio à agressão imperialista que está massacrando o povo árabe, contrário à resolução da O-NU que levou à guerra, solução negociada entre os povos árabes, criação do Estado Palestino, nenhum apoio do Brasil às tropas intervencionistas, e não utilização da guerra como pretexto para o governo Collor impor medidas de recessão e arrocho.

O Comitê, que agora é estadual, realiza reuniões quase diárias de avaliação do Conflito no Oriente Médio. Elas acontecem na Fecesc, que fica na avenida Mauro Ramos, 5, no terceiro andar.

Adiado julgamento de Mauro



Na audiência, César qualificou Mauro como "tranquilo"

Não foi possível encerrar no dia 18 o processo que apura a "falta grave" que teria sido cometida por Mauro Guimarães Passos, presidente do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, durante a última greve da Eletrosul. Uma das duas testemunhas da empresa não foi localizada porque estava de férias, embora declarações obtidas junto ao Departamento Pessoal da Eletrosul informassem que Tito Gorski havia encerrado seu período de férias no dia 15 de janeiro. Esse fato provocou o adiamento da audiência para o dia 29, quando finalmente devem depor as seis testemunhas de Mauro, que não deixaram de comparecer no dia 18, apesar de algumas também estarem de férias, e as duas testemunhas da empresa, Maurício Calaes e Tito Gorski, figuras sabidamente ligadas à direção da Eletrosul.

Durante as três horas de audiência, o preposto da Eletrosul, César de Barros Pinto, que anteriormente era uma

das testemunhas da empresa, não conseguiu transmitir a gravidade das acusações que provocaram os processos contra Mauro e Delman, que é diretor do Sindicato e secretário da CUT Nacional. Ambos com o contrato de trabalho suspenso, sem receber salários desde agosto de 90. Os dois estavam presentes na ida às salas 101 e 102 do edifício Alpha Centauri, no dia 6 de agosto. No local funcionava o "Comando Alternativo de Operação do Sistema", montado fora da empresa por causa da greve. As presenças de Mauro e Delman e de empregados da Eletrosul, segundo a acusação, teriam prejudicado a estabilidade do sistema elétrico. Na ocasião, Mauro entregou um documento aprovado em assembleia intitulado "Aos Enclausurados do Alpha Centauri". Na descrição de César ele "dirigiu-se de forma calma e leu o documento antes de entregá-lo". Aliás, a tranquilidade de Mauro foi considerada por César uma de suas principais características.

CUT

Na luta contra a recessão

"Diga não à Recessão e à Fome" é a grande bandeira da Campanha que a CUT - Central Única dos Trabalhadores lança no dia 25, numa grande mobilização no aniversário da capital de São Paulo. A festa vai transformar a Praça da Sé num palco de shows e discursos, para onde vão convergir ônibus e linhas de metrô gratuitos. Já apóiam a proposta da Central as duas AGTs, CNBB, OAB, ABI, Antônio Medeiros e Movimento dos Sem-Terra, mas a grande meta é envolver toda a população brasileira na luta contra a recessão como forma de combater a inflação.

No dia 30, acontece a primeira reunião

para organizar o andamento da Campanha. O objetivo da CUT é transformar essa reunião num grande Fórum Ampliado, do qual farão parte todos aqueles que forem contra a recessão e quiserem participar da mobilização. Serão chamados o movimento sindical, as entidades organizadas da sociedade civil, partidos políticos e aqueles que já estiveram envolvidos em campanhas com a mesma proposta. A CGT está preparando para o dia 31 uma grande Marcha Contra a Fome em Belo Horizonte. No dia 25, todos os Departamentos da CUT serão convidados a unificar suas campanhas e incluir a bandeira anti-recessão à luta dos trabalhadores em estatais.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor responsável: Glaucio Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS-6166) e Rosângela Bion (DRT/SC-1019). Diagramação: Vera Rotta. Ilustração: Frank Maia. Impressão Gráfica do Jornal o Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis-SC. fone: (0482) 22-3866, telex 481555, fax 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Curadores preocupados com o adiamento de definições

Há muito tempo a Fundação adia a discussão de sérias reivindicações dos aposentados. Agora ela quer protelar também a definição de organograma da entidade. Novamente estão em jogo os interesses dos associados.

Já fazem oito meses que a Eletrosul baixou a RD 04305, que transfere para os associados da ELOS a responsabilidade de arcar com todos os custos da Fundação, mas até agora não se definiu como ficará o quadro de empregados e seus respectivos salários. Um Projeto de Reforma Administrativa foi entregue em outubro de 90, pelo então presidente da ELOS, Plínio Bueno. Apesar das intenções declaradas de aprová-lo imediatamente, já passaram-se três meses sem que se tenha tocado no assunto. Essa indefinição preocupa seriamente alguns curadores da Fundação que possuem várias críticas ao projeto, principalmente no que se refere ao aumento do quadro de pessoal: mais de 70%

na primeira etapa de "reestruturação" e cerca de 160% a mais do que o nível atual na segunda etapa. Esse aumento, que corresponde respectivamente a 50 e 80 empregados, segundo Luiz Carmelo Scarambone, autor do projeto, "contribuirá para a redução do número de vagas existentes na Eletrosul".

A necessidade de um novo organograma surgiu em maio de 90, quando a Eletrosul resolveu vetar a prestação de qualquer serviço à ELOS. A lei 8.020, de abril daquele ano, determinava que a patrocinadora só poderia continuar prestando serviços mediante ressarcimento, mas a empresa decidiu que não faria nem assim. A RD de 23

de maio determina que sejam repassados para a Fundação todo apoio administrativo, tal como serviços jurídicos, reprografia, microfilmagem, gráficos, manutenção, conservação, suprimentos materiais, transporte, telefone, telex e outros. Também foi vedado a "assunção de quaisquer encargos destinados a operação e ao funcionamento da Fundação".

Por isso um grupo de curadores acredita que é preciso começar a definir já o quadro de lotação dos empregados da Fundação e a tabela de salários, evitando que o ônus da ELOS sobre os associados seja muito grande. Eles defendem um organograma enxuto e salários compatíveis com as funções.

Celesc

Assembleia aceita proposta da empresa

Depois de três reuniões, nos dias 16, 17 e 21, a Celesc concordou em pagar os atrasados dos 15,97% de outubro, novembro e dezembro em maio, junho e julho; corrigidos pelas inflações havidas depois de janeiro. Também em maio, junho e julho devem acontecer o desconto dos nove dias de greve, em valores de janeiro de 90. A empresa só não modificou sua decisão de manter na Justiça Trabalhista o pedido de abusividade da greve de dezembro e de não suspender na Secretaria de

Segurança os inquéritos dirigidos a empregados da Agência Florianópolis e a dirigentes sindicais, para apurar "excessos" que teriam sido cometidos durante a paralisação. Os depoimentos haviam sido suspensos por causa da existência de negociações nesse sentido, com o desfecho favorável, esses empregados já começaram a depor na Secretaria.

Em todo estado aconteceram assembleias para apreciar a proposta da empre-

sa. Na avaliação da Intersindical foi o máximo que se conseguiu obter, apesar dos diversos contatos com o poder Executivo e Judiciário. Agora a proposta da Intersindical é partir para a mobilização da categoria. Afinal, acontece já no dia 28 desse mês a primeira das reuniões trimestrais, previstas no acordo desse ano, para discutir perdas salariais. Até agora as perdas de novembro, dezembro e janeiro já somam 58%.

data-base que é setembro. Os banqueiros também não apresentaram nenhuma contraproposta em relação aos outros cinco itens da pauta: reajuste mensal de salários, correção da curva salarial, reajuste mensal do auxílio-alimentação conforme IGV-DIESE, auxílio escola e garantia no emprego.

A mobilização conseguida no dia 17 de janeiro — Dia Nacional de Luta foi muito importante para as negociações. Em março ocorrerá o Encontro Nacional dos Bancários.

Plano Bresser em fase de cálculos

Os empregados da Eletrosul de Xanxerê estão prestes a receber os 26,06% do Plano Bresser. A ação deles já está na fase de cálculos na Junta de Conciliação e Julgamento de Xanxerê. Quase nesta situação estão os empregados de Itá e Campos Novos. A ação deles

de antecipação salarial, a ser paga a O Comando quer discutir uma política salarial que reponha imediatamente os 170% de perdas, ocorridas desde a



Há algum tempo a Fundação não tem dado a devida importância às preocupações daqueles que a procuram

À espera de resposta

No primeiro dia de junho de 1989, o membro do Conselho de Curadores da ELOS, Claudius Girard e o seu suplente João Luiz Bacelar Guedes, enviaram uma correspondência ao então presidente do Conselho de Curadores, Plínio Bueno. Na carta eles pediam que fosse estudada a viabilidade da criação de um Fundo de Previdência e Saúde que atendessem tanto a suplementação integral dos salários dos aposentados, quanto o pagamento das despesas médico, hospitalares e odontológicas. Já que os empregados inativos perdem o direito à complementação dessas despesas, apesar de nessa fase da vida gastarem muito mais com a saúde.

A Fusesc, na época, colocava que um aumento de 2% na contribuição do pessoal da ativa tornaria viável a devolução de 100% das despesas médicas. Isso já acontecia em outras Fundações. A ELOS nunca respondeu esta correspondência. Em 28 de junho do ano seguinte a carta foi refeita, desta vez foi anexada uma resolução da Eletrosul, que fixou em 90% a defasagem salarial máxima dos aposentados em relação ao pessoal da ativa, e enviado cópia para a Aprosul e Sinergia. Outra vez a correspondência foi ignorada. Não houve uma resposta oficial ou uma discussão sobre o assunto.

corre na Junta de Joaçaba e está no TST — Tribunal Superior do Trabalho. As informações do Departamento Jurídico é que em breve ela entra também na fase de cálculo.

Primeiro sanear para privatizar

Apesar da existência de um sério Plano de Enxugamento, que levou o Banco do Brasil a fechar 205 agências e 525 postos de serviço, a estatal teve que adquirir 110 milhões de dólares da dívida externa brasileira para reforçar as finanças da Siderúrgica Acesita. A denúncia feita no "Painel do Leitor" da Folha de S. Paulo, do dia 21, não pára por aí. O leitor José Rosa Filho tira essas primeiras informações da coluna de Jânio de Freitas para depois concluir que o "propalado enxugamento da Acesita objetiva entregar, num passo imediato, a empresa para o setor dito privado."

TRIBUNA Livre

Samuel Lima
Jornalista e presidente da CUT regional de Fpolis (SC)

Mauro-Dignidade Passos

De repente, lá está o Mauro Guimarães Passos com aquela sua cara de "hay que endurecerse sin perder la ternura" no banco dos réus. O movimento sindical brasileiro no banco dos réus por iniciativa do pusilânime de plantão da Eletrosul. E Mauro prossegue, com sua caíma de todos os dias — santos ou não — respondendo às abobrinhas do advogado da empresa. Nem mesmo num momento em que, sob a guarda de uma justiça cuja visão é perfeitíssima — principalmente a do Trabalho —, se poderia perder um pouco o senso crítico racional, o presidente do SINERGIA reafirma sua montanha de dignidade.

Sim, companheiro Mauro, os sindicalistas de Florianópolis estão orgulhosos de terem você na luta pela liberdade e por uma vida verdadeiramente digna do Homem, que o capitalismo e suas derivações menores jamais proporcionarão. A rigor, se houvesse de fato justiça nesse país, nem você, nem o Delman Sérgio Ferreira, nem os 16 dirigentes dos Ferrovários de Tubarão (SC), nem os 39 bancários da CEF, enfim tantos outros companheiros não estariam passando pela humilhante situação de explicar por que lutam, por que fazem das suas vidas um exemplo maior de firmeza ideológica, compromisso político, paixão e defesa permanente das causas populares. É a dura resistência do movimento sindical brasileiro na "modernidade colorida", cuja síntese *mais-que-perfeita* é o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. É isso, o mesmo do AI-5 e do 477.

Na pequena sala de audiências da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis, repleta de dirigentes de outras entidades que lá estavam solidários ao Mauro, faltava um personagem: Frederico Fellini. *La Nave Va*, três vaías para a aparente vitória da insensatez e do despropósito. Afinal, sabemos que — qualquer que seja a decisão final da juíza Ana Terezinha Roccho — já ganhamos mais essa parada só pelo belíssimo exemplo e postura ativa do Mauro Guimarães Passos.

Deixei a Junta de Conciliação com um sentimento de indignação queimando a garganta, ardendo no peito. Com tanta vida pra viver, tantas questões a serem trabalhadas por sindicalistas da qualidade do Mauro; outros sem-números de projetos a desenvolver, éramos obrigados a ouvir perguntas tipo "diga qual o significado da palavra *pelego*?", feitas pelo advogado da empresa.

A pequena brisa que soprava, entretanto, na bela manhã do Ilha de Santa Catarina, me trazia um sopro de algumas canções que passam — e passarão — nestes momentos. Enfim, como dizia Fernando Pessoa, gente como o Mauro Passos pertence àquela estirpe dos que "amam infinitamente o finito, desejam impossivelmente o possível e que, simplesmente, querem tudo, ou um pouco mais, se puder ser ou até se não puder ser".

Na história do sindicalismo catarinense — e nacional, claro —, o nome Mauro Guimarães Passos tem o significado da luta, do compromisso com os trabalhadores eletricitários e de toda a classe, está — enfim — inscrito na galeria dos que "lutam toda a vida", por isso são imprescindíveis. Certamente não será o caso dos obscuros burocratas que advogam causas pusilânimes, porque assim o são seus mandantes, ou mesmo das "testemunhas de acusação" que nada tem a dizer a ninguém, nem a si próprias.

Axé, grande Mauro.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

O desemprego e a fome ameaçam os mineiros

Jaques Mick
do Núcleo Organizado de Imprensa Sindical

Há meses não se ouve mais o surdo espoucar das cargas de dinamite que buscavam o carvão nas minas de Siderópolis, no Sul de Santa Catarina. Antes do Plano Collor, havia quatro na cidade, que sempre sobreviveu do carvão. Três fecharam quando o novo governo abriu o mercado a importação do produto. A quarta, CCM — Companhia Carbonífera Metropolitana, com seus 720 trabalhadores em greve desde 30 de junho de 90 não processou desde essa data sequer uma grama de carvão. A devastação econômica de Siderópolis é só uma

parte das consequências da crise do carvão, que em dois anos diminuiu o número de mineiros do Sul do estado de 12.500 para 5.100.

Os 720 trabalhadores da Metropolitana tem vivido de bicos: pintando paredes, fazendo serviços de fundo de quintal. Não recebem salários há cinco meses e meio e agora aguardam o julgamento do dissídio da categoria que tem data-base em 1º de janeiro. Reivindicam a reposição de 600% e aumento de 20 mil sobre o piso de 13 mil. Os patrões oferecem nas negociações paralelas

ao dissídio 70% sobre os 74% antecipados aos outros mineiros na greve de julho-agosto.

Só o pessoal da CCM continuou em greve. Os mineradores alegaram dificuldades econômicas para qualquer reajuste. O governo, desde março, deixou de comprar o carvão metalúrgico e permitiu a importação de carvão, especialmente da Colômbia, mais barato que o produto nacional. Se o pessoal da Metropolitana ficou sem salário, teve mais sorte que os 5.100 mineiros demitidos em 90, nas nove companhias de Criciúma, Siderópolis, Içara e Urussanga.

“O processo de produção no Sul do estado está parado”, diz Genair dos Santos, do Sindicato dos Mineiros de Siderópolis. A crise de carvão, em Criciúma, somou-se os problemas na metalurgia, que demitiu 1.800 trabalhadores, e no setor ceramista, que desempregou 4.500 pessoas. Em toda região mineira, já são 22 mil os trabalhadores que vivem de seguro-desemprego. Criciúma parou de produzir empregos. A arrecadação de ICMS, em fevereiro em média Cr\$ 45 milhões, caiu para 10 milhões no

LINHA aberta

mês de dezembro, quando as vendas estão em alta. Os Sindicatos não têm idéia do que pode acontecer nos próximos quatro meses, tempo em que se esgota o direito ao seguro-desemprego, que hoje sustenta cerca de 100 mil pessoas.

Mineiros e mineradores tentam uma solução para a crise do carvão. Entre 21 e 24 de janeiro, o Fórum Sul-Catarinense para Mobilização e Desenvolvimento, que reúne sindicatos de trabalhadores, promove um ciclo de debates para discutir uma proposta unitária para solucionar os problemas. O Forusc espera a presença do governador eleito Wilson Kleinübing, que deve levar a data para uma esperada audiência entre os representantes dos mineiros e o presidente Fernando Collor, em que será apresentada a proposta elaborada no Ciclo. “Nos precisamos discutir o preço desta política do governo, o problema social que são 5 mil desempregados”, diz Valério Luiz Preis, diretor do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e porta-voz do Forusc.



Foto: Jaques Mick

Liberção da importação do carvão já deixou 5 mil sem emprego

Privatização chega à CSN

Até abril o governo Collor pretende passar as mãos da iniciativa privada o patrimônio de mineração da Companhia Siderúrgica Nacional, avaliado em US\$ 20 milhões, que até maio do ano passado empregava 1.700 trabalhadores. A privatização é parte do projeto de enxugamento da máquina estatal e deve atingir outras 34 empresas. Os mineiros de Criciúma, Siderópolis e Içara, após oito meses acampados na CSN, deixaram de resistir ao processo.

Por enquanto, só quem mostrou interesse em comprar a CSN foi Renaldo Guglielmi, um dos proprietários da Companhia Carbonífera Metropolitana, empresa que não paga seus 720 funcionários há quase seis meses, desde que eles entraram em greve. Ninguém sabe ao certo os termos da proposta que Guglielmi apresentou ao Ministério da Infra-Estrutura, mas especula-se que a transação envolva um terreno de propriedade do pai de Guglielmi, inundado pela hidrelétrica de Itaipu. Mas ainda não estão definidos sequer os critérios para compra e reabertura da companhia.

No próximo dia 30, representantes dos ministérios da Infra-Estrutura, Economia e Trabalho chegam em Criciúma para realizar uma audiência pública na prefeitura municipal. Sindicatos de patrões e trabalhadores poderão, então, apresentar propostas e o encaminhamento da privatização da CSN, que o governo espera concluir em dois ou três meses.

Os trabalhadores mostram preocupação com a auditoria realizada para estabelecer o valor da companhia. A empresa contratada, Unitec, ficou apenas três dias em Criciúma, para avaliar diversas minas, equipamentos e terras que atingem 4.600 hectares de extensão. “Em termos de valor nós achamos que está baixo”, diz Valério Preis, diretor do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

Com a privatização, os sindicalistas esperam pelo menos restabelecer condições de vida para as famílias de 1.700 trabalhadores sem emprego desde que o governo mandou fechar a CSN. Entre eles, os 180 que têm pneumoconiose, a doença profissional dos mineiros, e que por isso são considerados inválidos pelas outras companhias.